

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

Gazeta Mercantil

Class.:

Pacto Amazônico

Data

23.10.80

Pg.:

38

Pela defesa da Amazônia

por Miriam Leitão
de Belém

A declaração de Belém, documento que será assinado pelos oito países amazônicos ao final da reunião que começa hoje, compromete os governos da região com a defesa dos índios e com a busca do desenvolvimento econômico e social, desde que respeitada a preservação do meio ambiente. O documento estabelece um programa conjunto, a ser implementado pelo órgão executivo do Tratado Amazônico para o Desenvolvimento dos Transportes e Comunicações entre os países da área, dando prioridade à utilização das vias fluviais.

A primeira reunião do Tratado de Cooperação Amazônica começa hoje às 10 horas com a participação de chanceleres de sete países — Brasil, Bolívia, Equador, Peru, Colômbia, Guiana e Suriname — e do secretário geral da Chancelaria venezuelana. O chanceler José Alberto Zambrano informou ontem, à tarde, que não poderia vir por compromissos já assumidos anteriormente. A decisão de última hora não deixa de causar certa estranheza, principalmente em função do conhecido litígio fronteiro que o país mantém com a Guiana.

A delegação da Guiana chegou a Belém com várias propostas de cooperação para apresentar ao Brasil, não só à margem da reunião dos chanceleres como durante a reunião da comissão mista que começa em Brasília na segunda-feira. Alguns desses projetos, como a construção da ponte sobre o rio Tacutu e a construção da rodovia Georgetown — Lethem, ficam situados nos dois terços do território da Guiana reivindicados pela Venezuela.

O ministro Rasleigh Esmond Jackson, da Guiana, e o do Suriname foram os primeiros chanceleres estrangeiros a chegar a Belém. As 4 horas da tarde, Jackson já dava uma entrevista coletiva num dos salões do Chotkel Equatorial. Representante do único país socialista do Grupo Amazônico, o ministro Jackson afirmou que, se outras vantagens não tivesse, o Tratado Amazônico já teria o valor simbólico de integrar pela primeira vez a Guiana a um projeto

(Continua na página 3)

PACTO

Pela defesa da Amazônia

por Miriam Leitão
de Belém
(Continuação da 1ª página)

regional. "Antes a Guiana era considerada como aquele país que fica depois da Amazônia." Ele acha que as fronteiras ideológicas não vão impedir qualquer projeto dos oito países para "desenvolver a herança comum". A Guiana tem, segundo o seu ministro, um compromisso determinado e firme com o pluralismo ideológico, que é hoje um dado irreversível na política internacional."

Durante algum tempo muito ligado ao regime cubano, o governo da Guiana vem promovendo modificações sensíveis em sua política externa, e dentre estas mudanças está incluída a busca de uma aproximação maior com o Brasil. "Eles estão divergindo muito dos cubanos, principalmente em algumas questões internacionais, como o apoio dado pelo governo de Havana à invasão do Afeganistão", explicou uma fonte diplomática brasileira ligada a questões da área.

Concretizando esta aproximação com o Brasil, o chanceler Jackson afirmou que "as empresas brasileiras têm possibilidades nítidas de participar da construção da maior hidrelétrica do país". A usina de Alto Nazaruni será instalada em três etapas, somando uma potência de três mil megawatts. Ele sairá de Belém e vai a Tucuruí visitar as obras de construção da hidrelétrica.

Segundo o ministro Jackson, a reunião que começa hoje deve estabelecer "núcleos prioritários de preocupação", entre eles situa energia, comunicações e saúde. O ministro Saraiva Guerreiro, em Belém desde a noite de terça-feira, preferiu evitar declarações sobre o tratado, lembrando apenas que é uma "obra comum dos oito países".

O Brasil, que levantou a

idéia, defendeu junto aos outros países, redigiu o primeiro texto do tratado, sediou a reunião de criação do tratado e agora serve também de sede para a primeira reunião de chanceleres, quer evitar que este acordo seja estigmatizado por um acordo brasileiro.

DECLARAÇÃO

Os oito chefes de delegação falam hoje na sessão inaugural da reunião de chanceleres no auditório da Sudam. Presente também o ministro Mário Andreazza, subchefe de delegação brasileira. A declaração de Belém, resultado final da reunião, já está pronta, negociada que foi nas últimas semanas entre as oito chancelarias. Um documento de nove laudas, a declaração de Belém restringe-se apenas às questões regionais e não enfoca nenhum tema internacional alheio à região amazônica. Não critica a presença estrangeira na área, mas estabelece a soberania absoluta dos países da região aos recursos naturais da bacia. Insta os governos da área a integrem as populações da região às economias de cada país e dá um destaque maior aos direitos dos índios, tema tratado muito superficialmente no texto do tratado de Brasília.